



INFORMALIDADE: O PERFIL DO TRABALHADOR AMBULANTE DE MANHUAÇU

Ezequias Ferreira de Souza¹, Josemeire Aparecida Garcia²,
Thainara Pimentel Teixeira³, Maria Geralda de Miranda⁴

¹Mestrando em Desenvolvimento Local, pelo Centro Universitário Augusto Motta, Especialista em Engenharia de Software pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB), Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (UNIFACIG), Professor na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, Manhuaçu – MG. E-mail: ezequiasilustrador@hotmail.com

²Mestrando em Desenvolvimento Local, pelo Centro Universitário Augusto Motta, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Graduada em Administração pela Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (UNIFACIG), Manhuaçu – MG. E-mail: josemeire@sempre.unifacig.edu.br

³Mestrando em Desenvolvimento Local, pelo Centro Universitário Augusto Motta, Graduada em Administração pela Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (UNIFACIG), Manhuaçu – MG. E-mail: thainara@sempre.unifacig.edu.br

⁴Pós-doutorado em Estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela UFRJ, em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ e em Narrativas Visuais Pela Universidade Clássica de Lisboa, Doutora em Letras com ênfase nos Estudos Culturais também pela UFF, Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Especialista em Literaturas Vernáculas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela FACHA e em Letras Clássicas e Vernáculas pela FEUC. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, do Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, onde também é professora titular e diretora Executiva do Centro Cultural Justiça Federal, CCJF.

Resumo: O termo informalidade é um termo abrangente e complexo. Sobre o aspecto econômico, sua complexidade levou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a caracterizá-lo como “economia informal” o que atribuiu a este ramo de atividade importância antes subestimada. Diante deste cenário, pode-se, então, inferir a variedade de situações vislumbradas ao se tratar do tema economia informal. A nível municipal, principalmente em se tratando de pequenos municípios, existe uma dificuldade maior em se caracterizar a informalidade. Devido a essa dificuldade, tornou-se necessário a busca de informações através de pesquisa exploratória, sendo aplicados questionários para se definir o perfil do trabalhador informal no município. Constatou-se, então, que o perfil do profissional que recorre a informalidade em Manhuaçu é o trabalhador, do sexo masculino, entre 30 e 44 anos, que trabalha na rua, mas não possui alvará, sua renda está entre um e dois salários mínimos e ele não contribui para o INSS. O trabalho informal não possui uma forma definida, o desejo de o parametrizar, o reger ou mesmo doutriná-lo beira a utopia. Ao mesmo tempo em que alguns nichos nos parecem promissores, outros se mostram solícitos. Talvez seja isso a verdadeira causa do descaso em que a categoria se encontra, por parte de todos os governos, seja municipal, estadual ou federal.

Palavras-chave: Economia Informal. Informalidade. Trabalhador Informal. Trabalhador Ambulante.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

1 INTRODUÇÃO

O termo informalidade é um termo abrangente e complexo. Sobre o aspecto econômico, sua complexidade levou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a caracterizá-lo como “economia informal” o que atribuiu a este ramo de atividade importância antes subestimada.

A economia informal pode ser definida baseada no ramo de atividade ou pela ótica do trabalho. Em relação à atividade, podemos caracterizá-la pela falta de registro formal, por abranger atividades de baixa complexidade, pouca rentabilidade e produtividade ou, ainda, pela ilegalidade

de uma atividade. Por outro lado, quando analisamos pela ótica do trabalho, podemos identificá-la pelo não registro do trabalhador, o que conhecemos como “trabalho sem carteira assinada” e, conseqüente falta de acesso aos direitos trabalhistas ou, também, pelo trabalho por conta própria.

Diante desse cenário, pode-se, então, inferir a variedade de situações vislumbradas ao se tratar do tema economia informal.

Por sua representatividade para economia, principalmente em países em desenvolvimento, pesquisas sobre o tema têm se mostrado importantes para entendermos a realidade dos indivíduos envolvidos nesse cenário e para criação de ações e políticas públicas voltadas para os trabalhadores que figuram na informalidade.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma importante fonte de dados sobre a economia informal através de levantamentos como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que traçam o perfil do trabalhador no país.

Quando se considera municípios de pequeno e médio porte para se entender a economia informal e seus atores tornam-se uma tarefa repleta de barreiras, pois, as estatísticas e os estudos, geralmente, são feitos no nível de Estado ou grandes centros deixando uma lacuna quando se pretende entender a economia informal que se apresenta em nível local.

Baseando-se nessa dificuldade de se obter dados e pela importância de se entender os aspectos que caracterizam as economias locais é que este estudo buscou traçar um perfil dos trabalhadores informais, do município de Manhuaçu, localizado na Zona da Mata mineira, com um enfoque nos trabalhadores que exercem sua atividade nas ruas deste município.

Para se alcançar este objetivo foram aplicados questionários aos trabalhadores que atendem a esse perfil, com o intuito de buscar informações sobre os atores envolvidos com este ramo da economia. Considera-se que este estudo apresenta um ponto de partida para o entendimento das características dessa população, no município de Manhuaçu, sem a pretensão de esgotamento do assunto a nível local, mas sim com a certeza de que estudos mais abrangentes deverão ser desenvolvidos para que se possam embasar ações e políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos com a economia informal.

2 ECONOMIA INFORMAL: UMA BREVE INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos as discussões sobre a economia informal, faço um convite a você leitor: pare um instante e pense em exemplos de economia informal que você encontra no seu dia-a-dia, em sua cidade, nas notícias de jornais ou em anúncios na internet. Posso afirmar que são inúmeros os exemplos que você poderia citar. Porém, diferente da facilidade de exemplificar o tema, o seu estudo está longe de ser classificado como fácil.

Inicialmente, encontramos a falta de consenso entre os estudiosos em definir seu conceito, seus agentes e, ainda mais, os métodos de mensuração desse tipo de economia. O que podemos classificar como uma “quase” unanimidade quando falamos em economia informal é a sua importância, em especial, para os países subdesenvolvidos, seja pelo volume de capital que circula nesse tipo de economia, seja pela falta de contrapartida com o setor privado ou pela importância da ocupação da mão-de-obra que não é absorvida em sua totalidade pelas ocupações formais.

Segundo Noronha (2000, p. 116), “o termo “informalidade”, a despeito das tentativas de depurá-lo, é ainda por demais polissêmico para ser utilizado sem adjetivos”.

Seu conceito pode variar de acordo com a ótica adotada ou os critérios para se classificar o que seria informal. Há, ainda, as variações impostas pelas características locais que estão condicionadas ao desenvolvimento econômico do país onde o termo está sendo abordado.

Rocha e Pelogio (2018, p. 22) acrescentam, ainda, que

[...] a informalidade apresenta distintos significados nos diferentes debates em torno das suas manifestações cotidianas, uma vez que a sua compreensão na opinião pública, na academia e entre os formuladores de políticas públicas costuma variar de acordo com a visão de mundo, os compromissos e os interesses imediatos de cada segmento social.

Portanto, faz-se necessário entendermos a evolução histórica dos termos para seguirmos este estudo com um pouco mais de clareza.

No Gráfico 1 pode-se visualizar a evolução histórica do conceito de economia informal.

Gráfico 1. Evolução histórica do termo economia informal

Estudo/Obra	Autor	Ano	Contribuição
Modelo de Lewis	Arthur Lewis	1950	Pregava que a economia tradicional, tida como arcaica ou rural, transitaria naturalmente para a economia moderna ou urbana.
Artigo " <i>Informal income opportunities and urban employment in Ghana</i> "	Hart, K	1973	Confronta as teorias anteriores e propõe o estudo das atividades informais e seu potencial de geração de renda para os trabalhadores.
Missão Quênia	OIT	1973	Adoção do termo "setor informal" e admissão de uma nova dicotomia "formal X informal" em substituição aos conceitos de "tradicional X moderno".
Conferência Internacional do Trabalho	OIT	2002	Reconhece que o termo "setor informal" não abrange a complexidade do tema e adota o termo "economia informal".

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores baseado em Santiago e Vasconcelos, 2017

O gráfico acima lista alguns fatos históricos que marcaram a conceituação do termo economia informal, o que não quer dizer que não haja outros estudos importantes contemporâneos a estes que contribuíram para mudança de postura em relação à informalidade. Pretende-se, apenas, ilustrar que as discussões iniciadas pelo questionamento do Modelo de Lewis conduziram a conclusão de que a informalidade é um fenômeno complexo, o que é confirmado pela adoção do termo economia informal pelos estudos da OIT.

A adoção do termo economia informal por parte da OIT não eliminou as discordâncias entre os autores, mas é um marco conceitual que não pode ser desconsiderado devido à importância da organização a nível mundial.

Segundo a OIT, a economia informal abrange "todas as atividades que, na legislação ou na prática, não se inserem no âmbito dos mecanismos formais ou estão insuficientemente abrangidas por estes". (OIT, 2012, p. 6)

Podemos então inferir que a informalidade se trata da exclusão de uma atividade ou trabalho do âmbito do "formal". De forma geral, toda e qualquer atividade que não se enquadre nas regras de legalidade estabelecidas em um país, poderia ser definida como informal.

3 O CONTEXTO ATUAL DA INFORMALIDADE

A partir deste ponto pretendem-se retratar alguns dados brasileiros em relação à economia informal e contextualizar o município deste estudo, Manhuaçu, cidade da Zona da Mata Mineira.

Porém, antes de iniciarmos a apresentação dos dados estatísticos que retratam a economia informal, acreditamos ser importante destacar que este tipo de estudo vai além dos números e estatísticas, pois, retrata a realidade de parte da população que não consegue ou não se encaixa nas exigências do que consideramos como economia formal e, por isso, busca na informalidade caminhos para a obtenção de renda.

Rohm e Lopes (2015, p.333) apontam que "o trabalho é uma condição fundamental na existência humana. Por meio dele, o Homem se relaciona com a natureza, constrói sua realidade, significa-se, insere-se em contextos grupais, atua em papéis e finalmente promove a perenização de sua existência". Neste sentido pode-se concluir que o trabalho insere os indivíduos no convívio em sociedade, por isso, o caráter social deste estudo.

Portanto, apesar de basear-se em números, este estudo possui, também, um cunho social por buscar entender um arranjo social que supre a busca por uma ocupação remunerada de indivíduos e famílias.

Em 2010, um estudo da OIT relatou que a informalidade no mercado de trabalho brasileiro possui características estruturais e históricas e afirma, ainda, que

[...] o processo de desenvolvimento da economia brasileira não tem sido capaz de gerar trabalhos de "qualidade" para parcela significativa dos trabalhadores, assim como não tem conseguido propiciar uma redução

expressiva da informalidade, que ainda hoje continua em patamar elevado, apesar dos recentes resultados positivos (OIT, 2010, p. 7).

Conforme estudos publicados pelo IBGE (2018), o trabalho informal voltou a crescer nos últimos três anos, o que podemos visualizar na Tabela 1, apresentada abaixo, com dados extraídos da “Síntese de Indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”, publicação de 2018.

Tabela 1. Proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada por tipo de trabalho formal ou informal - Brasil - 2012-2017

População ocupada	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	População (%)					
Total	100	100	100	100	100	100
Formal	58,5	59,7	60,9	61,0	60,9	59,2
Informal	41,5	40,3	39,1	39,0	39,1	40,8

Fonte: Adaptado de IBGE, Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise da situação de vida da população brasileira, Rio de Janeiro, 2018.

Em 2014, a proporção da população ocupada em atividades informais era de 39,1% passando a 40,8% em 2017. Desse universo de trabalhadores que recorreram a atividades informais para garantir o seu sustento e o de suas famílias 43,2% são trabalhadores por conta própria que não contribuem com a previdência, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2. Participação relativa das categorias do trabalho informal – Brasil – 2017



Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise da situação de vida da população brasileira, Rio de Janeiro, 2018

A nível municipal, principalmente em se tratando de pequenos municípios, existe uma dificuldade maior em se caracterizar a informalidade. Os dados divulgados pelo IBGE não permitem o filtro das informações a um nível que se possa retratar a informalidade local e não há dados e informações nos órgãos locais que sejam suficientes para tal fim.

Pretende-se, então, entender um pouco mais sobre o município, foco deste estudo a partir das informações gerais sobre ele e não, especificamente, pelo retrato da expressão da informalidade, sendo que, em seção posterior, pretende-se entender melhor este aspecto através da análise do perfil dos trabalhadores informais que tem a rua como seu local de trabalho.

Manhuaçu é uma cidade mineira de médio porte, com população de 79.574 registrada pelo Censo de 2010 e com população estimada de 89.256 para o ano de 2018, pelo IBGE. Neste mesmo ano, o município indicava um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,689. Ainda, segundo dados do IBGE, em 2016, 25,7% da sua população estavam ocupados e o rendimento médio era de

1,8 salários mínimos. Apesar de sua vocação para a agricultura, baseada, principalmente, na cultura do café, o município tornou-se polo econômico da região e referência nos serviços de saúde.

4 METODOLOGIA

Como relatado anteriormente, os dados do IBGE sobre a informalidade não atingem o nível municipal, dificultando assim a caracterização de município de médio porte, como é o caso de Manhuaçu, em relação à economia informal.

Na busca por entendimento sobre o tema a nível local, foram procuradas instituições, selecionadas pelos autores, que se julgava ter potencial para fornecer informações específicas sobre a economia municipal.

Nesse sentido, buscou-se informações o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Manhuaçu (ACIAM) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) que informaram não possuir dados que pudessem contribuir com o tema. Ao mesmo tempo, foram solicitados dados sobre a economia informal na Prefeitura Municipal de Manhuaçu. A Prefeitura, através da Secretaria da Fazenda Municipal disponibilizou dados produzidos por um levantamento sobre o número de empreendimentos comerciais de Manhuaçu, o referido estudo não produziu informações relevantes quanto ao perfil do trabalhador informal no município.

Sendo esse estudo da Prefeitura Municipal a única informação sobre a informalidade no município percebeu-se a necessidade de se buscar mais informações para entendermos o fenômeno da informalidade a nível local.

Portanto, o presente estudo foi realizado no modelo de pesquisa exploratória com amostra populacional de trabalhadores informais localizados na região central do município de Manhuaçu, região da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais.

Como forma de aproximação com os trabalhadores foi elaborado um questionário com 17 perguntas, abrangendo o perfil dos empreendedores informais, assim como dos aspectos econômicos deste mercado de trabalho.

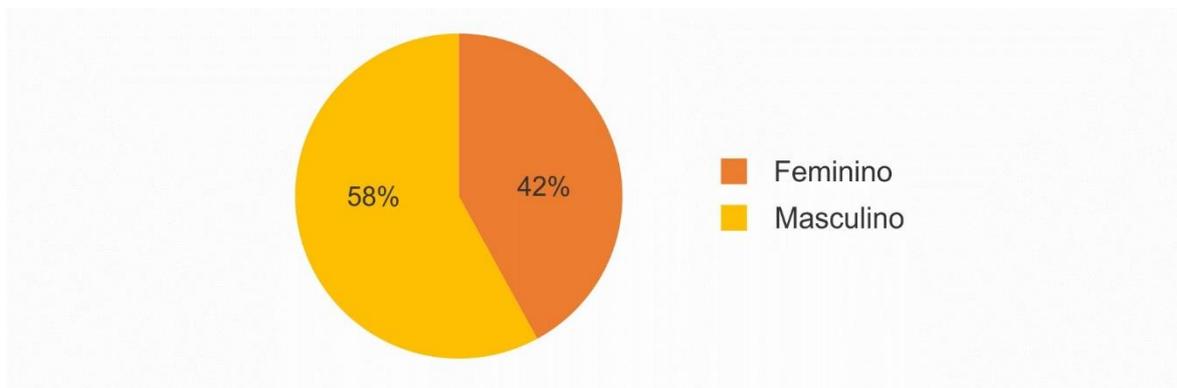
As coletas das informações foram realizadas de forma aleatória entre os vendedores de rua e os organizados em forma de feira livre, de forma legalizada por meio de alvará de funcionamento emitido pela Secretaria da Fazenda municipal, assim como entre os que não o possuem.

Os dados foram tabulados em planilhas, analisados e transformados em percentuais para um melhor entendimento da situação da informalidade no mercado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo, após a aplicabilidade do instrumento de aproximação, realizado por meio de questionário, aos trabalhadores informais localizados na região central do município de Manhuaçu, permitiram verificar, quanto ao gênero, que existe um número maior de profissionais do gênero masculino no setor informal da economia popular de Manhuaçu. Estes dados podem ser observados no Gráfico 3.

Gráfico 3. Gênero

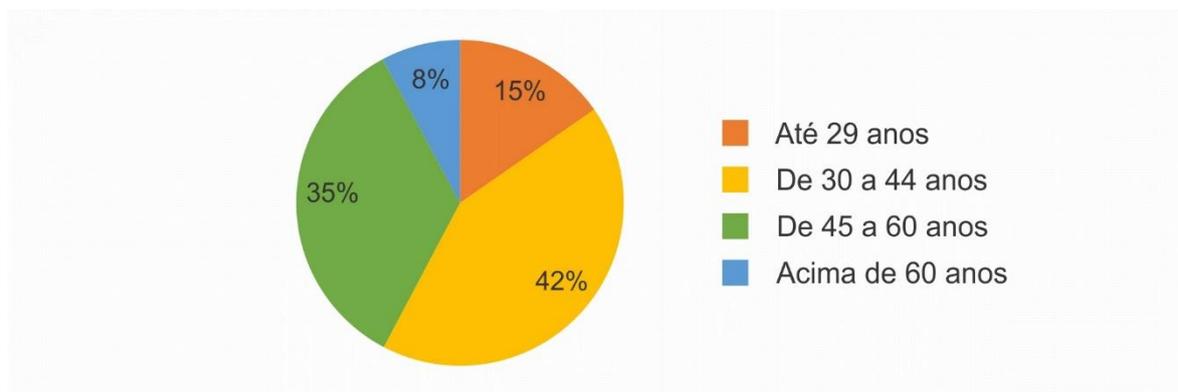


Fonte: Elaborado pelos autores

Embora os números apontem uma maioria dos trabalhadores do sexo masculino, é possível destacar que a participação feminina concorre diretamente com a participação masculina quase que se equiparando.

Em relação à faixa etária da amostra da população de trabalhadores informais estudados, os resultados revelaram que 42% se encontram na faixa de 30 a 44 anos, em segunda posição pode-se constatar os trabalhadores na faixa de 45 a 60 anos, correspondendo a 35% da amostra, conforme pode ser observado no Gráfico 4.

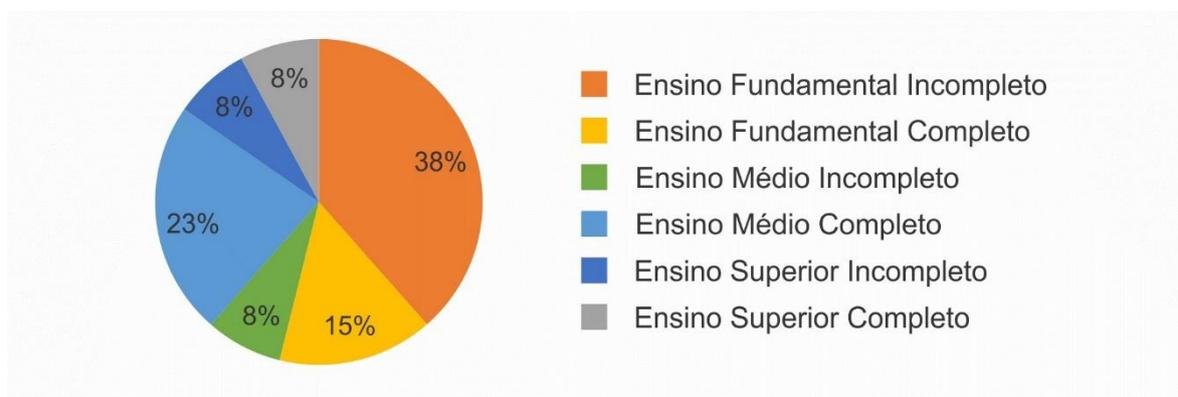
Gráfico 4. Faixa etária



Fonte: Elaborado pelos autores

Podemos, então, inferir que pessoas com mais idade e que possuem dificuldades para se manter no mercado de trabalho formal, seja pela falta de qualificação profissional ou por admissão impedida devido à idade do candidato, recorrem a informalidade como opção para geração de renda. Tal tendência é seguida, ainda, pela mão-de-obra que não possui um grau de instrução acima do fundamental, o que pode ser observado pelos dados apresentados no Gráfico 5 a seguir, quanto menor a escolaridade e/ou qualificação, maior o número de trabalhadores informais.

Gráfico 5. Escolaridade



Fonte: Elaborado pelos autores

Existe um grande fator que influencia no ingresso do mercado do setor formal, é a exigência de qualificação. De acordo com Fernandes (1996), Tannuri-Pianto e Pianto (2002) e Cacciamali e Fernandes (1993), os trabalhadores do mercado formal possuem maior nível de escolaridade do que os trabalhadores do mercado informal, enquanto os trabalhadores com baixa escolaridade tendem a se inserir no mercado informal por não cumprirem as exigências para ingressarem em atividades formais.

Partindo-se deste entendimento, foi possível constatar entre os questionados com até 29 anos que grande parte destes se encontra muitas vezes na informalidade devido à sua condição de responsabilidade parental ser precoce, tendo abandonado a formação escolar ainda muito cedo.

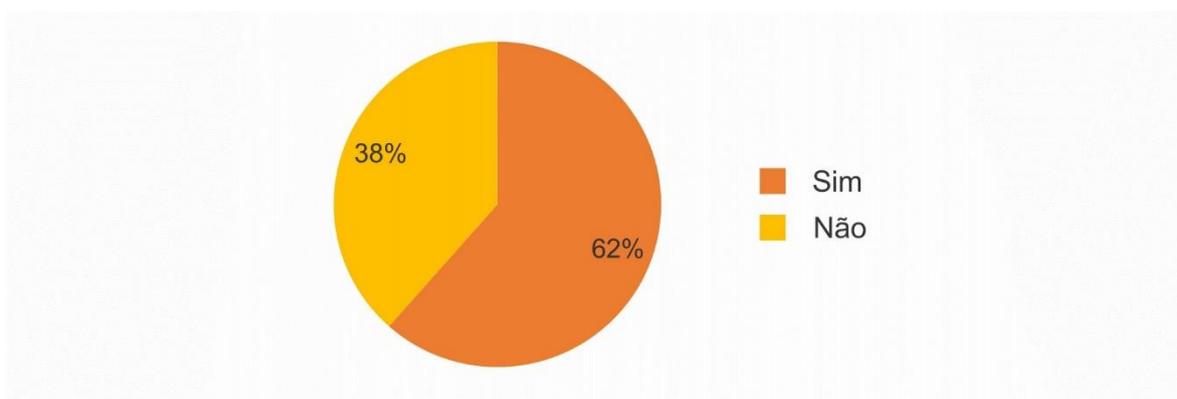
Dentre os questionados da faixa etária de 30 a 44 anos observa-se que além da falta de qualificação que os trouxe para a informalidade uma rejeição adquirida ao longo do tempo em relação à submissão patronal, expressa na resposta “Flexibilidade de horários” da questão ilustrada no Gráfico 9 (que veremos mais adiante).

Quanto aos questionados acima de 45 anos, é notório que, como não foram qualificados outrora, agora, muitas vezes já não é possível um reposicionamento no mercado de trabalho, pois, em muitos casos, não se encontram mais em condições de encararem novamente uma sala de aula, seja por hipossuficiência financeira ou mesmo por condições psicológicas já abaladas pelas más escolhas anteriores.

Assim, muitos prosseguem após os 60 anos, exercendo a informalidade impelida agora principalmente pela necessidade de sobrevivência, uma vez que os seus proventos não conseguem abranger o custo da manutenção da vida.

Além de não possuírem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, muitos trabalhadores também não possuem o Alvará de registro de funcionamento fornecido pela Prefeitura municipal, conforme pode ser observado no Gráfico 6.

Gráfico 6. Possui registro na Prefeitura (Alvará) para funcionamento do negócio

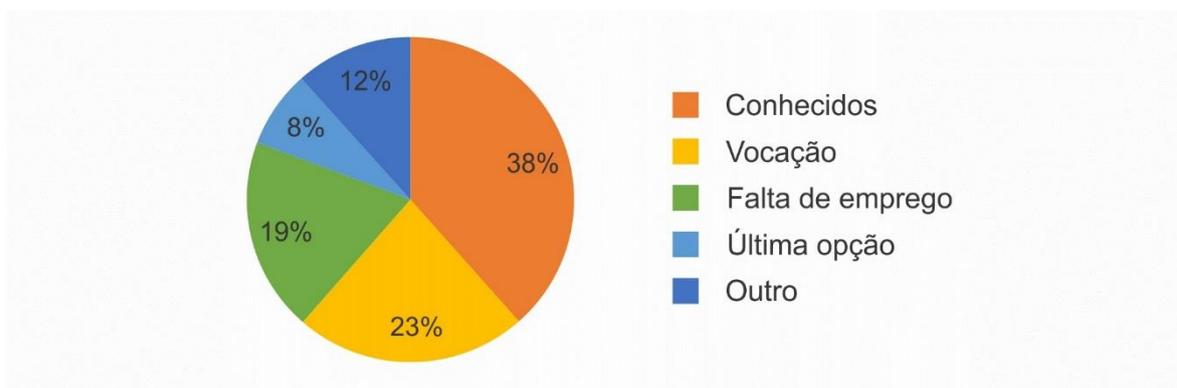


Fonte: Elaborado pelos autores

O fato de muitos trabalhadores não possuírem um registro municipal implicou, neste trabalho, um grande desafio em concluí-lo, uma vez que em alguns casos, o ambulante abordado recusava-se a responder os questionamentos por medo, desconfiando da imparcialidade do trabalho de pesquisa. Uma vez que acredita-se que tal abordagem irá expor a sua condição informal, trazendo a ele grandes preocupações acerca de quais consequências diretas ou indiretas lhe sobreviriam. Assim, muitos se recusavam a responder tal pesquisa.

Podemos observar, ainda, nitidamente a divisão de classes dentro da informalidade. Observa-se que a oportunidade de trabalhar informalmente, para 38% dos trabalhadores que responderam ao questionário foi através de seus conhecidos que já exerciam a informalidade, como revelado no Gráfico 7.

Gráfico 7. Como surgiu a oportunidade de trabalhar informalmente?



Fonte: Elaborado pelos autores

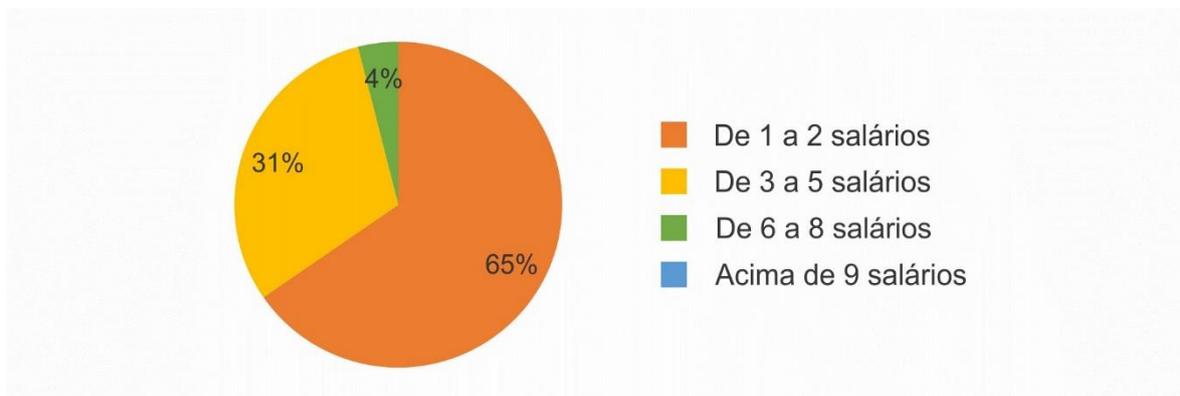
Entre os questionados, 23% responderam que possuem aptidões natas para o trabalho exercido, transparecendo felicidade ou realização pessoal ao exercê-lo.

Por outro lado, podemos observar também àqueles que afirmam não haver quem os empreguem formalmente e, ainda outros, que consideram como a última opção que tiveram.

Para Menezes e Dedecca (2012), a informalidade no mercado de trabalho brasileiro está ligada a falta de desenvolvimento econômico do Brasil, de modo que a decorrência da informalidade é um problema gerado pela demanda de ofertas do setor formal. Além disso, a impossibilidade de encontrar um emprego formal e a perspectiva de baixos salários motiva os trabalhadores a buscarem o setor informal como alternativa.

Assim, o Gráfico 8 revela o resultado quanto à investigação sobre qual seria a média mensal de faturamento daquele que se permitiu classificar como informal.

Gráfico 8. Qual a média mensal de faturamento?



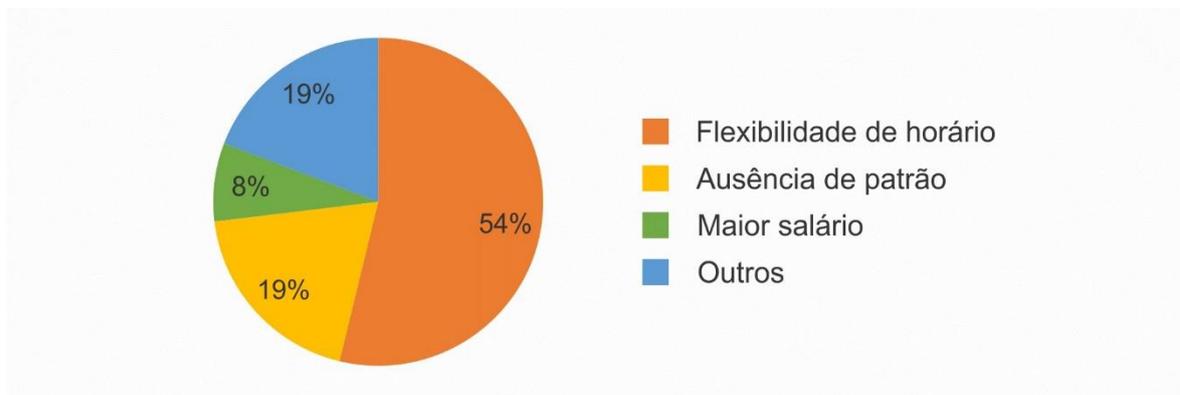
Fonte: Elaborado pelos autores

Grande parte (65%) dos trabalhadores informais afirmaram ter um faturamento mensal de 1 a 2 salários mínimos.

Observa-se ainda que os números de percentuais obtidos decresçam à medida que os valores que os entrevistados afirmam receber aumentam, como no caso de apenas 4% dos entrevistados assumirem ter por recebimentos de 6 a 8 salários mínimos. Mais uma vez, a divisão de classes na informalidade pode ser observada.

A maioria dos trabalhadores que respondeu a pesquisa apontou como flexibilidade de horário como a maior vantagem de trabalhar no setor informal, conforme pode ser observado no Gráfico 9.

Gráfico 9. Qual a maior vantagem de trabalhar informalmente?



Fonte: Elaborado pelos autores

Estas respostas tendem a revelar características que transcendem de uma visão de caráter geral para uma visão de caráter pessoal.

A resposta “Flexibilidade de horário”, por exemplo, pode revelar tanto um lado empreendedor do questionado, quanto um comportamento resistente à submissão patronal, assumida em

“Ausência de padrão”. Já a resposta que a maior vantagem seria por um “Maior salário” pode revelar certo otimismo do questionado, seja pelo nicho de mercado escolhido ou mesmo pela inocência do principiante.

Dezenove por cento não souberam opinar ou expressar sua opinião, aparentemente demonstrando que navegam à toa, impulsionados pela necessidade, sem uma direção ou objetivo a atingir.

As desvantagens de trabalhar no setor informal podem ser visualizadas no Gráfico 10.

Gráfico 10. Entre as desvantagens de se trabalhar informalmente, qual você classifica como a mais significativa?



Fonte: Elaborado pelos autores

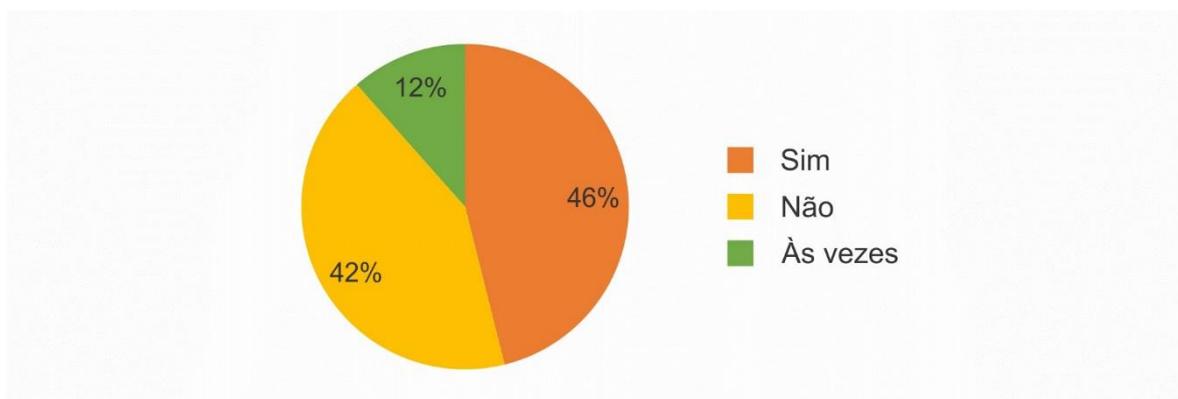
Segundo Alves e Tavares (2006, p.432),

[...] a forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio doença, licença maternidade; se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda.

Durante a execução dos questionamentos, ao longo das respostas, era comum um relato se posicionando, se justificando, aconselhando ou até mesmo o desabafo por parte dos questionados e, 55% dos questionados indicaram o “Não ter renda fixa” como sendo a grande desvantagem da informalidade. Pois, a incerteza causada inibe o crescimento do negócio ou mesmo a realização de um sonho, acabam se acostumando a viver de forma comedida. A resposta “Não ter acesso a direitos trabalhistas” se equilibra com a anterior atingindo os 45%, mostrando uma real preocupação com o futuro, principalmente pelas classes dos vendedores ambulantes menos favorecidos. Outras opções de resposta como “Jornada de trabalho extensa” e “Falta de acesso a créditos e financiamentos” nem foram lembradas.

Corroborando a resposta “Jornada de trabalho extensa”, observa-se que 46% dos trabalhadores do setor informal trabalham aos sábados e domingos, conforme ilustrado no Gráfico 11.

Gráfico 11. Trabalha aos domingos e feriados?



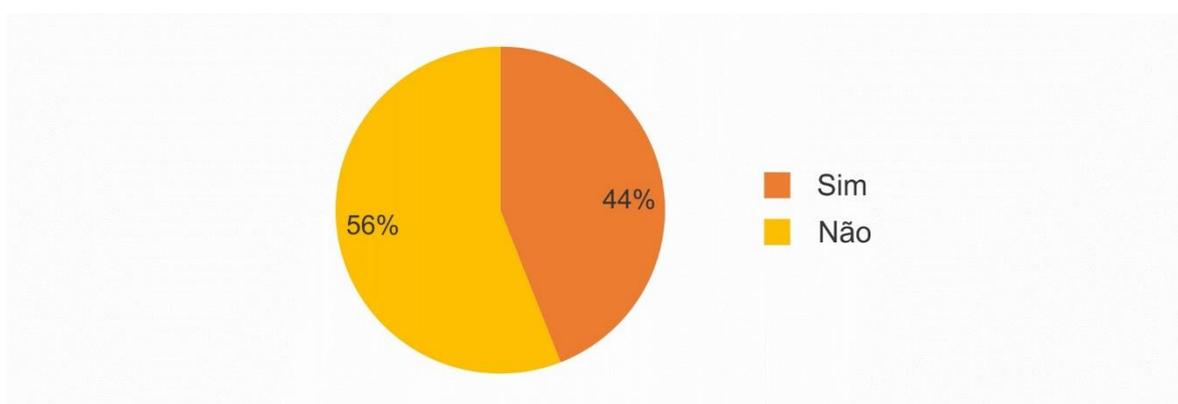
Fonte: Elaborado pelos autores

Ou seja, ainda que massacrados por condições não tão ideais de vida, destaca-se a grande força de trabalho dos informais. Observam-se quando da escolha de uma resposta para a pergunta anterior (“Entre as desvantagens de se trabalhar informalmente, qual você classifica como a mais significativa?”) que os ambulantes, de certa forma, já se acostumaram com a rotina, possuindo uma jornada de trabalho extensa, muitas vezes não tendo o descanso de trabalho semanal. Assim, a terceira opção de resposta não lhes representa, bem como a quarta opção “Falta de acesso a créditos e financiamentos”, uma vez que, como demonstrado no Gráfico 8 o movimento financeiro gerado pelos informais, em sua maioria, não gera um volume de capital de giro para se reinvestir no negócio ou mesmo se alcançar parcerias junto a instituições financeiras.

A informalidade do mercado brasileiro de trabalho é um grande desafio para o sistema público. Podemos constatar que 56% dos trabalhadores que responderam à pesquisa, não contribuem para a previdência social conforme ilustrado no Gráfico 12. Apesar desse alto número registrado, pode-se observar também, o relato de que, mesmo não contribuindo com o Estado, eles se preocupam de verdade com a aposentadoria.

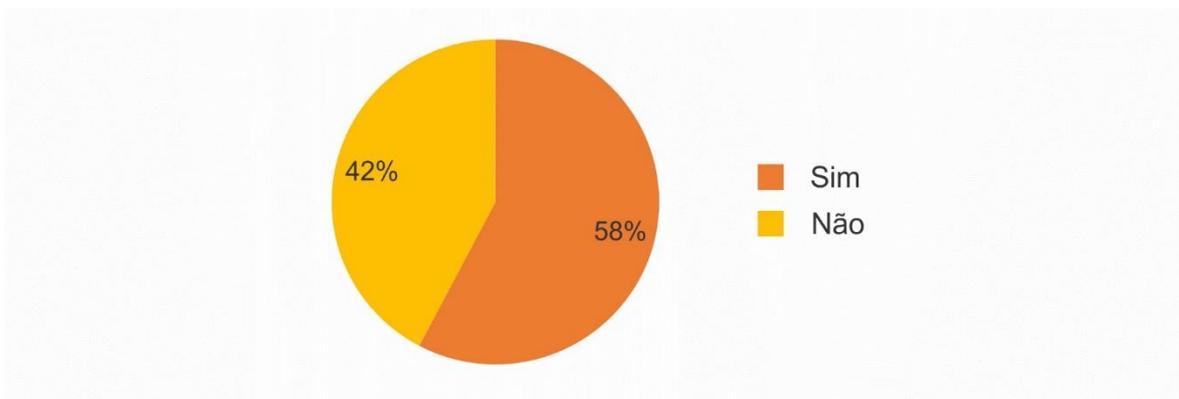
Se considerarmos que 58% dos entrevistados tem na informalidade sua única fonte de renda (Gráfico 13) e a maioria deles não contribuem para a previdência, uma situação de doença ou incapacidade para o trabalho pode propiciar dificuldades financeiras e torna-lo dependente dos serviços públicos de saúde ou assistência social, por exemplo.

Gráfico 12. Contribui para o INSS?



Fonte: Elaborado pelos autores

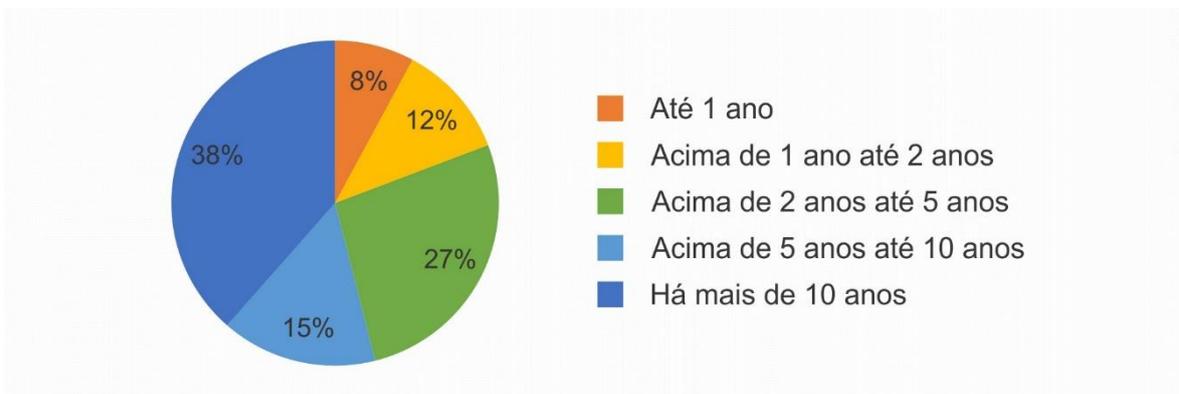
Gráfico 13. Trabalho informal é a única fonte de renda?



Fonte: Elaborado pelos autores

Pode-se observar neste estudo que ocorreu um aumento no emprego informal nos últimos cinco anos, com 47% dos entrevistados iniciando neste mercado. Conforme as empresas formais vão se esfacelando um grande número de profissionais de diversas áreas são disseminados no mercado e, impelidos pela necessidade, buscam a cada dia, à sua maneira, as condições ideais de sobrevivência necessárias. Conforme avança a informalidade, avança também a repulsa do setor formal em relação ao informal, uma vez que altos impostos e diversas outras burocracias não são aplicados à informalidade. Casos como denúncias ou mesmo agressões verbais e/ou mesmo físicas pela “posse” do território são corriqueiras.

Gráfico 14. Há quanto tempo trabalha nessa atividade?



Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se que 38% dos trabalhadores começaram suas atividades através de familiares, igualmente, com 38% observando o trabalho dos outros conforme ilustra o Gráfico 15. Reafirmando ainda mais, o que já foi exposto no gráfico ilustrado pelo Gráfico 8 (Como surgiu a oportunidade de trabalhar informalmente?). Note-se também, que o conhecimento adquirido através de Instituições de ensino ainda é bastante inexpressivo no quadro ora apresentado, 4%; por outro lado, do informais aprenderam o ofício em seus empregos anteriores é relativamente expressiva alcançando 12%.

Gráfico 15. Como aprendeu essa atividade?



Fonte: Elaborado pelos autores

É fato que todos os questionados foram escolhidos aleatoriamente no comércio local. Assim, 81% dos trabalhadores operam suas atividades informais no comércio de rua da cidade de Manhauçu. É possível que uma má interpretação por parte dos entrevistados acerca da pergunta: Onde opera seu negócio? Ilustrada no Gráfico 16, tenha confundido os entrevistados ao responderem tal pergunta e, de certa forma, desvirtuarem sua interpretação atual. Uma vez que ambulantes trabalham na rua e, ao serem indagados, podem entender que, vendem na rua, contudo seus produtos são produzidos em casa, o que levou um número expressivo (15%) desta resposta em nosso questionamento.

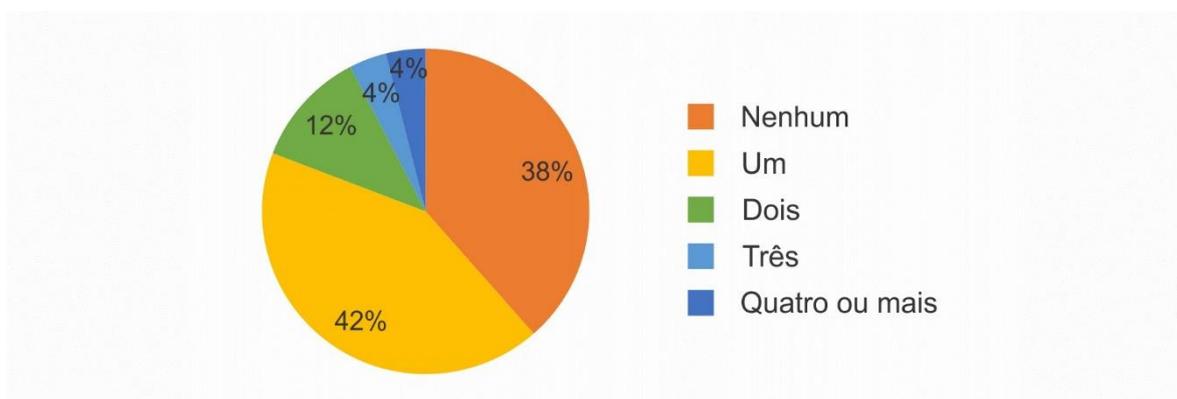
Os dados deste estudo permitiram verificar que 72% das atividades laborais informais utilizam mão-de-obra familiar conforme apresentado no Gráfico 17. Neste caso, a renda não é dividida entre famílias e sim direcionada na sua totalidade ao sustento familiar.

Gráfico 16. Onde opera seu negócio?



Fonte: Elaborado pelos autores

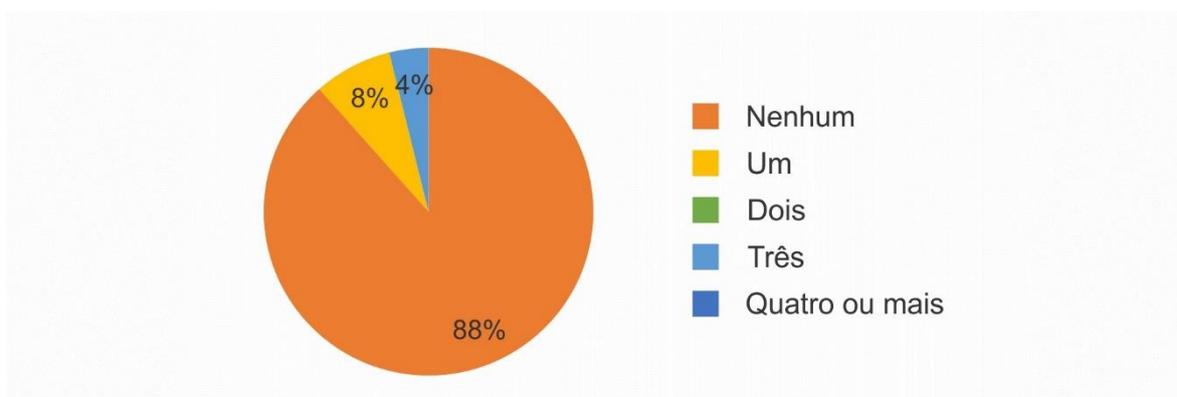
Gráfico 17. Quantos familiares (esposa, filhos, parentes) trabalham ou colaboram com seu negócio?



Fonte: Elaborado pelos autores

Observamos ainda, que grande parte dessas empresas informais é individual, não tendo empregados, conforme os gráficos obtidos no Gráfico 18.

Gráfico 18. Além dos familiares, quantos empregados trabalham no seu negócio?



Fonte: Elaborado pelos autores

Apenas 12% dos entrevistados recebe ajuda de outras pessoas em seu empreendimento. Desses 8% tem pelo menos mais uma pessoa envolvida no negócio e 4% três trabalhadores envolvidos. O restante dos entrevistados (88%) trabalha sozinho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a execução deste trabalho pode-se concluir que a informalidade segue avançando informe e paradoxalmente. Informe, porque ela age especificamente em um determinado trabalhador, que por sua vez é diferente de outro trabalhador – que possui outras especificações; assim, a regra que funcionaria para um, não funcionará de igual modo para outro. O trabalho informal não possui uma forma definida, o desejo de o parametrizar, o reger ou mesmo doutriná-lo beira a utopia. Talvez seja isso a verdadeira causa do descaso em que a categoria se encontra, por parte de todos os governos, seja municipal, estadual ou federal.

A informalidade é paradoxal porque abrange os extremos do sim e do não, do bem e do mal, ao mesmo tempo em que ela nos sugere liberdade, nos ata com os laços da incerteza. Ao mesmo tempo em que alguns nichos nos parecem promissores, outros se mostram solícitos. Mesmo sustentando uma classe, outra é desamparada não recolhendo os impostos. Assim a informalidade caminha, e com ela aqueles que ainda ousam lutar pela própria sobrevivência.

Constatou-se que o trabalhador informal atuante no Município de Manhauçu possui uma baixa escolaridade, renda média baixa e mantém-se nesta atividade mesmo considerando suas desvantagens. Ele exerce sua atividade por períodos longos, incluindo trabalho em finais de semana e feriado, localiza seu negócio na rua e não contribui para a previdência.

Considerando que não há informações relevantes sobre o trabalhador informal deste município na Prefeitura Municipal, vislumbra-se o quão distante encontra-se da criação de políticas públicas voltadas para este público. Pois, como melhorar as condições de trabalhadores os quais não se conhece?

Entende-se que o cenário econômico nacional propicia a informalidade e a subocupação. Compreende-se, ainda, que o trabalho formal não consegue atingir todos os trabalhadores, porém, é preciso que o poder público volte seus olhos para este setor, não com foco coercitivo, mas com o olhar de quem vê e entende que a questão precisa ser equalizada de forma a permitir que os trabalhadores nessa condição possam ter acesso a seus direitos de cidadão e consigam migrar da informalidade para um nível de trabalho que proporcione segurança social para si e seus dependentes.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: Ricardo Antunes (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 11. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 23 de junho 2019.

BRASIL. IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/manhuacu/panorama>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

CACCIAMALI, M. C.; FERNANDES, R. Distribuição dos trabalhadores e diferenciais de salários entre mercados de trabalho regulamentado e não regulamentado. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 23, n. 1, p. 135-156, 1993. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/838/775>>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

FERNANDES, R. Mercado de trabalho não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 26, n. 3, p. 417-441, 1996. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/746>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

PREFEITURA DE MANHUAÇU - **HISTÓRIA**. Disponível em: <<http://www.manhuacu.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6498>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

MENEZES, W. F.; DEDECCA, C. S. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: rendimento e principais características. **Revista Nexos Econômicos**, v. 6, n. 2, p. 11-41, 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/9247/6705>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

NORONHA, E. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Red Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>> Acesso em: 03 de maio de 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A economia informal e o trabalho digno**: Guia de Recursos sobre as políticas, 2012.

ROCHA, L. C. S.; PELOGIO, E. A. Diagnóstico da Economia Informal em um Município de Pequeno Porte no Sul de Minas Gerais. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, v. 20, n. 2, p. 19-45,

2018. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/35608>>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

ROHM, R. H. D.; LOPES, N. F. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 1, n. 4, p. 332-345, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/17179>>. Acesso em 03 de maio de 2019.

SANTIAGO, C. E. P.; VASCONCELOS, A. M. N. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. **Nova Economia**, v. 27, n. 2, p. 213-246, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/neco/v27n2/1980-5381-neco-27-02-00213.pdf>>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

TANNURI-PIANTO, M. E.; PIANTO, D. **Informal employment in Brazil: a choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regression approach**. 2002. Mimeografado.